

Cérebro e consciência

REFERÊNCIA: UM PROFESSOR DE FILOSOFIA ESQUECIDO: MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA E AZEVEDO (1807-1886) – Prof. Dr. Manuel Curado

DESTAQUES

1. “Pinheiro de Almeida considera que a identificação da consciência com a alma está acima de toda a suspeita.” (p. 210)
2. “Nada é dito sobre o modo de produção da mente consciente pelo cérebro. Nada é dito sobre a alegada capacidade de a mente agir sobre o corpo, o comportamento e os objetos exteriores.” (p. 210)
3. “Apresentando-se como espiritualista, toda a argumentação racional defende o ascendente do cérebro e a dependência da mente em relação a ele.” (p. 210-211)
4. “O medo do autómato é o fator decisivo para descartar a teoria da harmonia pré-estabelecida das relações entre mente e corpo. Se não se sabe explicar como um desses fatores influi no outro, e como é patente que essa influência causal parece acontecer, segue-se que é plausível aceitar que esses fatores se acompanham fielmente desde sempre. Dir-se-ia que se está em presença de uma versão da harmonia pré-estabelecida, de Leibniz. Se isso acontecesse, ter-se-ia o melhor dos mundos: explicar-se-ia a aparente causação mental de cima para baixo e a aparente influência, de baixo para cima, dos estados somáticos na mente, e não se teria de enfrentar os paradoxos do homúnculo ou do mediador plástico.” (p. 212)
5. “Este resultado feliz seria pago a um preço teórico elevado. Esse preço é evidente, e Pinheiro de Almeida não deixa de reparar nele: é a figura do autómato. A harmonia pré-estabelecida «faria igualmente do homem um perfeito autómato, fatalizando todas as suas operações e anulando-lhe a razão e a liberdade» (Azevedo, 1865: 79, n. 8).” (p. 213)

Caro professor Dr. Manuel Curado,

Grato pelo texto que me foi enviado. Embora o trabalho ofereça muitos aspectos apreciáveis, com os destaques apresentados acima, entendo que o conteúdo filosófico relevante, que, suponho, motivou a sua remessa, diz respeito ao problema da relação entre cérebro e consciência, que ainda carece de solução satisfatória.

No meu entender, solução razoável para esse problema encontra-se fora do espaço de possibilidades de uma ciência que, no seu labor, adota a lógica clássica do terceiro excluído, se não, exclusivamente, ao menos, majoritariamente. Essa lógica, formalizada por Aristóteles, ao focar a estabilidade entre causa e efeito, possibilitou a criação das máquinas e das ferramentas com as quais operamos a matéria e, ao ser universalizada, mudou o modo de ser e de proceder da humanidade, gerando o período diferenciado de civilização designado Moderno. Reconheça-se, portanto, a importância dessa lógica e do modo de pensar que esta potencializa, sem esquecer o fato de que ela chegou a ser considerada lógica única, cuja formalização aristotélica seria definitiva e não admitiria reparo. Com o advento da Pós-Modernidade e do seu modo de pensar, patrocinado pela lógica dialética, a tese de uma lógica única já não se sustenta mais. Apesar disso, estudos modernos sobre pluralidade lógica são escassos, virtualmente porque o espírito acadêmico da época pós-moderna, estruturalmente voltado para os conflitos do homem com suas circunstâncias e, portanto, para a política, intui ser politicamente inconveniente dar voz a lógicas divergentes da sua própria, tida como patrocinadora de

insuperável estado da arte inferencial – repetindo-se, dessa maneira, equívoco comum a todos os períodos civilizatórios anteriores, determinados pela vigência hegemônica de uma dada lógica e de um correspondente modo de ser e de pensar. Ao conceituarmos a Modernidade como fruto da lógica clássica ou sistêmica e, também, o atual período pós-moderno da civilização como fruto da lógica dialética ou da história, resta evidente que estamos discursando a partir de um referencial cognitivo que considera lógica no papel de lei normativa do pensamento e que contempla a história humana como história da evolução do discernimento humano. Segundo essa perspectiva, os quatro grandes períodos civilizatórios catalogados pela historiografia são caracterizados por modos de ser e de viver bem diferenciados, justamente porque resultantes do uso predominante de modos típicos de pensar patrocinados por padrões lógicos distintos e determinados. Dado que os quatro grandes períodos civilizatórios revelam uma senda de aperfeiçoamento e de evolução do conhecimento e de avanço nos recursos e nos meios facilitadores da vida do homem, parece evidente que, na perspectiva de uma história do discernimento, essa senda testemunhe também crescente habilitação humana para a correta interpretação da natureza, isto é, de leitura da natureza e do mundo crescentemente aderente à sua real compleição. O corolário evidente disso é que a evolução do discernimento correspondeu ao domínio e à universalização de padrões lógicos crescentemente complexos, em razão do que foram facultados modos de pensar também crescentemente complexos, heurísticos e aderentes à realidade. A ampliação do domínio humano sobre os segredos da natureza obtido nesse processo não deixa dúvidas a respeito da evolução do discernimento.

A própria definição de localidade contemplada pela ciência moderna – desde Einstein estabelecida como um contínuo de espaço-tempo – delimita a sua atuação aos conteúdos materiais presentes no espaço, de sorte que, na medida em que se exclui a consciência da materialidade, o modo de pensar e a lógica não têm alcance que permita abrangê-la e justificá-la, ainda que a operação desse modo de pensar e dessa lógica constituam propriedades inferenciais da consciência. O que acontece aqui é que a instituição da consciência constitui operação ontológica, enquanto a operação deste e dos demais modos de pensar constituem operações lógicas¹. Embora o atual modo científico de pensar focalize o lógico e desconsidere o ontológico, a solução não consiste em adotar meramente um referencial ontológico, mas, sim, adotar um referencial que simultaneamente contemple o lógico e o ontológico, afinal, não se quer deixar parte do mundo de fora do nosso olhar. Sendo este o caso, a única solução disponível que conhecemos é a metafísica de Platão e de Pitágoras, e isso implica adotar e saber usar o paradigma cognitivo formal que justifica o modo platônico de pensar, tal como especificado e adotado pela Academia Platônica de Brasília.

Os mentores da Academia não se dedicaram ao domínio pleno da obra de Platão, mas lograram perceber que aquela magnífica forma de pensar amparava-se em referencial cognitivo formal, dotado de grande aderência à realidade, que tornava metódico o ato de pensar. O resultado em esclarecimento é conhecido e representa suficiente credencial preliminar desse modo de pensar.

Dada a distância que separa a cultura mitológica antiga da cultura científica moderna, temos dificuldades de especular sobre os matizes que o paradigma assumia na cabeça de Platão e sobre o grau de uso consciente e metódico dos recursos inferenciais que o paradigma potencializa, realmente efetivados por Platão durante o seu magistério. A nossa própria experiência com o paradigma, no decorrer do tempo, mostra-nos que estamos longe de compreender todas as suas potencialidades e implicações, embora o já percebido revele-se suficientemente valioso para que nos empenhemos em criar versão moderna da Academia, visando à sua divulgação.

¹ Para não familiarizados com metafísica, cumpre esclarecer que ontológico e lógico diferenciam-se assim como o fazem o microscópio e o telescópio. Ambos permitem ver, mas o que um consegue ver encontra-se fora do alcance da visão do outro.

O próprio Platão obrou, em alguma medida, intencionalmente, para deixar esse paradigma obscuro e sem especificação formal escrita, ao que tudo indica em razão de circunstâncias que envolveram o seu magistério, ao lado de insuficiências conceituais herdadas das fontes primárias desse conhecimento. Em diversos pontos de sua obra, Platão reclama textualmente “dos antigos que viviam mais perto dos deuses” (Sph 267e) pela negligência deles em conceituar devidamente as coisas. Uma vez que essas fontes residiam nos templos do Egito Imperial, essa carência se justifica, pois ali vigorava cultura mitológica que, operando símbolos de significado geral, dispensava a precisão objetiva dos conceitos. Para a população ignara do Vale do Nilo daqueles tempos, a mitologia era, ao que parece, a solução pedagógica adequada. Platão e os pré-socráticos, em razão do espírito matemático dos gregos, diferentemente, estavam interessados e empenhados na racionalização desse conhecimento. Daí que parece prudente considerar precárias ou limitadas, conceitualmente, as menções que Platão registra sobre esse paradigma, o qual ele classifica ser o mais valioso conhecimento que tinha. Conhecimento esse que permitiria responder questionamentos e defender posições no diálogo, algo que o registro escrito não conseguiria fazer, segundo a sua crítica à escrita, na Carta VII. Não está formalmente registrado no texto, mas parece evidente que ele está se referindo ao seu paradigma cognitivo – para usar uma expressão moderna –, que seria o único elemento capaz de oferecer defesa e respostas para os virtuais questionamentos.

No contexto de esforço de superação, de estrutural carência de conceitos para expressar o que precisava ser dito, de uma linguagem de feição concreta inepta para expressar sutilezas e, ainda em meio a uma transição cultural, de oral para escrita, entendemos a hermenêutica como ferramenta insuficiente para alcançar o significado intencionado em todos os registros daquela obra. Dado que tínhamos familiaridade com linguagem simbólica e longo estudo sobre teoria do conhecimento, conseguimos desenhar o arco geral da filosofia de Platão, entender o paradigma que amparava o modo platônico de pensar e traduzi-lo em linguagem formal moderna. Esse paradigma, mestre Manuel Curado, é que viabiliza resposta racional para a relação entre cérebro e consciência, problema com o qual Pinheiro de Almeida, de alhures, desafia-nos.

Para ser o mais objetivo possível no enfrentamento desse problema, basta que compreendamos as funcionalidades da versão moderna desse paradigma, razão pela qual vamos deixar de lado o relato das fundamentações e do esforço que permitiu extrair esse referencial dos textos platônicos. Limitar-nos-emos a indicações mínimas suficientes para traçar o percurso cumprido, atendo-nos às explicações necessárias ao entendimento das funcionalidades do modelo. Relatos sobre esse percurso têm sido aperfeiçoados no tempo, e o último texto produzido, intitulado *O infinito e nós, os finitos*², contém título específico voltado ao esclarecimento do modo platônico de pensar e pode ser consultado por quem se interesse em aprofundar a questão.

Em linhas gerais, a filosofia de Platão contempla duas teorias básicas: a teoria das ideias ou das formas e a teoria dos princípios. A filosofia platônica configura perspectiva que se convencionou designar metafísica, porque está voltada para a questão das essencialidades constitutivas do universo. Geralmente, qualifica-se essa metafísica como ciência do ser e da existência. Toda concepção filosófica tenta gerar conceitos de validade universal, e a metafísica não foge à regra. O olhar de Platão constatou que o universo é constituído por entes ou por fenômenos de compleição complexa, limitada e de composição e características singulares, que marcam presença no mundo e, como tal, podem ser percebidos por capacidade perceptível apta. No esforço de universalização, Platão defendeu que cada fenômeno era configurado e determinado por uma forma, o que, essencialmente, representa a teoria das ideias afirmada por ele. Em termos modernos, preferimos usar a expressão inteligência organizativa no lugar de forma, para indicar a mesma ideia de que os fenômenos existentes constituem totalidades complexas compostas de partes inteligentemente reunidas na forma de totalidades unitárias e

² Disponível em: https://academiadeplatao.com.br/artigo_detalhe?id=488.

limitadas, fato que as dota de propriedades específicas, virtualmente privativas. Não se pode defender que essa reunião de partes seja aleatória, logo, resulta pertinente entender que cada uma das presenças manifestas no mundo seja configurada e determinada por inteligência organizativa específica que não apenas a determina, configura e delimita, mas também a preserva com dada organização. Nesse sentido, o universo é o local de manifestação da organização, e a inteligência organizativa, configurada na forma de totalidade, é a condição que habilita os fenômenos a marcarem presença no mundo, na condição de existência em ato. Pode ser que esta não seja a única solução possível, mas constitui, certamente, uma caracterização racional, aplicável a tudo o que existe.

Uma vez caracterizado tudo o que existe como determinado por inteligência organizativa, configurada na forma de totalidade unitária, resulta estruturalmente requerida – para fechar modelo metafísico capaz de explicar o advento do universo –, uma inteligência criativa capaz de gerar ou de produzir as inteligências organizativas que configuram os fenômenos existentes. Para essa inteligência criativa, cabe explicar como mera potência de ser pode ser convertida em existência em ato, marcando presença no mundo. Dado que, nessa concepção, todo existente é determinado e configurado por uma inteligência organizativa, a inteligência criativa configura percurso ou processo gerador de inteligência organizativa. Considerando, adicionalmente, que a inteligência criativa tem aplicação universal, justificando a criação de todos os fenômenos existentes, a sua aplicação estende-se também ao plano subjetivo e determina o advento e a configuração da consciência. Inteligência criativa constitui a expressão moderna que escolhemos para designar o visado pela teoria dos princípios de Platão. Em resumo, para facilitar o entendimento do homem moderno, o nosso esforço de modernização dos conceitos traduz as formas da teoria das ideias de Platão por inteligência organizativa e traduz o visado em sua teoria dos princípios por inteligência criativa.

Com essa explicação, já é possível antever que o modo platônico de pensar inscreve-se na tese da existência de harmonia preestabelecida nas relações entre mente e corpo indicada no destaque 4 inicial, faltando esclarecer de que modo e baseada em que essa harmonia se estabelece, de sorte que se possa avaliar em que medida ficam justificadas as conclusões do autômato indicadas no destaque 5.

A inteligência criativa constitui o objeto perseguido pelos estudos sobre as chamadas doutrinas não escritas de Platão, capitaneados pelas escolas de Tübinguen e de Milão, a partir de meados do século vinte. Platão, ao que sabemos, não registra em seus diálogos qualquer menção sobre teoria dos princípios, restando entendido que o assunto seria reservado para ocasiões especiais, privativas, meramente orais. Quem nos traz notícias sobre o assunto é Aristóteles, em sua *Metafísica*, na qual afirma que para Platão o princípio residia em uma tríada identificada como sendo “o uno e a díada do grande e do pequeno”. (Meté 987b 25) Solução essa semelhante e, no nosso modo de ver, de mesmo sentido da trilogia Pai, Filho e Espírito Santo, proposta por Orígenes de Alexandria.

Como os estudos sobre as doutrinas não escritas revelaram, Platão sempre se esquivou, nos diálogos, quando instado a falar sobre o uno e a origem das coisas. Apesar disso, também não deixou de ressaltar a importância do tema e de fazer menções veladas ou indiretas, possivelmente apenas entendidas pelos discípulos mais chegados. Na nossa opinião, neste texto, não cabe uma explanação extensa dessas menções dado que, para enfrentar o problema proposto, parece suficiente valeremo-nos da versão moderna da estrutura geradora da existência. Para mostrar, porém, que a inteligência criativa configurava o paradigma mental que fundamentava os discursos de Platão, impõe-se arrolar um mínimo de informações que, ao menos, evidenciem que o modelo resultante deriva daquele conhecimento mais precioso cultivado por Platão. Para tanto, vamos resgatar duas passagens esclarecedoras registradas nos diálogos e na tradição indireta sobre a teoria dos princípios de Platão.

Na Carta VII, é mencionada uma série de cinco instâncias ordinais: a primeira é o nome; a segunda, a definição; a terceira, o que é torneado e se perde; a quarta, o conhecimento; e a quinta, o que verdadeiramente é e pode ser conhecido. Esta é a menção mais explícita da

inteligência criativa, sintomaticamente incluída em carta endereçada a amigos determinados. Não parece difícil perceber que a sequência indica uma ordem que culmina “no que verdadeiramente existe e pode ser conhecido”, isto é, no fenômeno que marca presença no mundo, o que nos permite e enseja entender que a sequência configura uma ordem de cinco instâncias geradora de existência em ato. Sendo a quinta instância o que verdadeiramente existe, resulta corresponder, na tradução/modernização de conceitos que realizamos, à inteligência organizativa que determina e conforma os entes e os fenômenos presentes no mundo. Essa inteligência organizativa dos entes e dos fenômenos é realmente o que se pode conhecer e entender. Uma vez entendido que a existência em ato apenas se realiza na quinta instância, na qual se situa o que verdadeiramente existe e pode ser conhecido, somos levados a entender também que, em perspectiva metafísica, as quatro instâncias precedentes constituem instâncias ontológicas edificadoras que precedem a existência em ato, não na ordem temporal, mas na ordem de complexificação organizativa. Lembremos que, apenas na forma organizada de totalidade, ou apenas ao ser atingida a forma de totalidade, o fenômeno ganha assento e presença na existência, ocasião na qual passa a estar sujeito aos estatutos do tempo.

O segundo registro que cabe mencionar é de lavra de Filon de Alexandria (10 a.C – 50 d.C), referindo-se ao platonismo, segundo nos informa MARTIN (2009):

La tétrada: Ésta es la causa por la que primero la tierra broto y se cubrió de verde. A continuación recibió su orden el cielo en el número perfecto de la tétrada, que no andaria uno errado si dijiera que es el punto de partida y fuente de la década perfecta. En efecto, lo que es la década em acto, lo es la tétrada, así parece, en potencia. En efecto, si los números que van de la mónada hasta la tétrada se compusieran sucesivamente, generarían la década, la cual es límite de la infinitud de los números, límite alrededor del cual, como en el mojón de giro, dan vuelta y doblan de regreso. (MARTIN, 2009, p. 119).

Filon refere-se à década sagrada de Pitágoras na sua expressão algébrica de formato $[1 + 2 + 3 + 4 = 10]$, que nos foi apresentada por SANTOS (2000), a partir de fragmentos de Filolau e Arquitas. Nessa expressão, tétrada indica os quatro números que se somam, e década perfeita indica o resultado. Ao qualificar a condição existencial da década como sendo em ato e a condição da tétrada como potência, simultaneamente afirmando que a composição dos números da mônada até a tétrada geraria a década, parece claro que se está descrevendo uma estrutura gerativa de existência em ato que se vale de uma sequência geradora precursora em potência ou, usando nossos termos, uma estrutura gerativa ontológica. Estamos nitidamente diante da mesma estrutura mencionada na Carta VII, apenas apresentada em termos quantitativos. Platão não menciona a década sagrada de Pitágoras em seus textos e parece que nem mesmo se assume como pitagórico, embora aceite a tese de Pitágoras, segundo a qual a origem de tudo seja um ilimitado e o assento no mundo seja obtido pela ação de um poder limitante. Existem justificativas para essa omissão, que vão de razões pedagógicas, que levaram à decisão de não escrever sobre essas coisas, a razões políticas, que conturbaram a vida de Pitágoras e que, eventualmente, poderiam atingir Platão³. Apenas quando Speusippus assume a Academia, com a morte de Platão, a década sagrada e estudos objetivos do pitagorismo são introduzidos oficialmente na Academia, no nosso modo de ver, justamente para suprir a ausência do mestre e de suas preleções orais.

Platão entendia que tudo tinha origem no uno, que correspondia ao ilimitado de Pitágoras. Usando linguagem geométrica, teve o cuidado de esclarecer – não nos recordamos em que obra – que o ilimitado não poderia ter limites internos nem limites externos. Isso equivale a afirmar que esse início de tudo tinha, ocupava ou demandava, amplitude adimensional. Efetivamente, tomando-se um círculo como referência, o limite interno resulta

³ Mais informações em: https://academiadeplatao.com.br/artigo_detalle?id=334.

determinado pelo raio, e o limite externo, pela circunferência. Ao diminuir-se o raio, a circunferência sofre redução equivalente, de modo que, no limite, quando o raio torna-se nulo, fazendo desaparecer o limite interno, o limite externo também desaparece, resultando no ponto, definido em matemática, corretamente, como lugar no espaço desprovido de dimensão. Ora, adimensional constitui o limite conceitual da simplicidade, não sendo possível pensar algo que seja ainda mais simples. Da mesma forma, os termos todo e/ou totalidade, que indicam a integralidade dos componentes que entram na composição dos fenômenos complexos existentes, representam o limite conceitual superior da existência complexa, não sendo possível pensar em algo para além do todo. Com isso, situar a existência entre o ponto adimensional e o todo consiste em solução conceitual genial, pertinente e adequada, tanto na Grécia Clássica quanto nos dias atuais. Portanto, segundo a Metafísica de Platão, especificar formalmente o percurso que vai do ponto adimensional até a totalidade significa conquistar compreensão da estrutura gerativa da existência, compreensão do algoritmo da criação e compreensão da inteligência criativa geradora das inteligências organizativas, que moldam e determinam tudo o que existe na forma de totalidade unitária. Do mesmo modo, significa igualmente compreender a estrutura inferencial da consciência que, nessa concepção, constitui apenas outro dos fenômenos existentes.

As menções citadas – que Platão registra na Carta VII e que Orígenes relata a respeito da década sagrada de Pitágoras – testemunham que ambos compreendiam e comungavam dessa localização conceitual e geográfica da existência. Compreendiam igualmente que a especificação formal do percurso que separava ponto adimensional e totalidade representava referencial cognitivo de aplicação universal capaz de tornar os humanos mais competentes no exercício da racionalidade. Ambos criaram escolas de grande sucesso. Apesar disso, parece que não lograram formalizar esse referencial de modo definitivo. O apelo à oralidade de ambos pode indicar necessidade de suprir carências conceituais, com recursos emocionais, relatos mitológicos, lendas e outros mecanismos pedagógicos.

De nossa parte, contando com mente instrumentalizada com os recursos que potencializaram o moderno modo científico de pensar, não foi difícil perceber que eles tinham encontrado a solução que o problema admite. Quando Platão caracteriza o ilimitado como adimensional, já indica o índice ou o critério métrico capaz de organizar o percurso que separa o uno do todo: a amplitude dimensional.

Dado o que Platão e Pitágoras tinham estabelecido a respeito da existência e tendo em vista que dimensionalidade constitui conceito familiar à cultura moderna, o âmbito da existência torna-se metafisicamente mapeado e ordenado, mediante conceitos atualizados, em seis instâncias, que vão do uno ao todo, conforme especificado a seguir.

Adimensional	Uma dimensão	Duas dimensões	Três dimensões	Quatro dimensões	Totalidade
--------------	--------------	----------------	----------------	------------------	------------

Nem podia ser diferente. Sendo o ponto onde tudo se origina adimensional, ilimitado e desprovido de amplitude e sendo o universo inquestionavelmente extenso, o primeiro requerimento para criar universo consiste em gerar amplitude capaz de comportá-lo. É isso exatamente o que o desdobramento de quatro dimensões realiza. Estamos habituados a caracterizar o espaço como tridimensional, e, embora Einstein exija para o tempo apenas um quarto número, em perspectiva metafísica, o que se exige é uma quarta dimensão correspondente ao tempo. Com essas quatro dimensões, fica disponível amplitude suficiente para recepcionar o contínuo espaço-tempo, o qual demarca a localidade admitida pela ciência atual, que se atém à materialidade. Ao se contemplar, em perspectiva metafísica, a existência e não a materialidade, resta evidente que o modelo não pode terminar na quarta dimensão, que disponibiliza apenas amplitude, ficando requerida uma quinta instância, que patrocine o fechamento do que está sendo criado, conferindo-lhe âmbito existencial privativo, limite existencial e unidade fenomênica. Só assim, viabiliza-se a diversidade universal. A forma de

Platão e a nossa inteligência organizativa completam o modelo, caracterizando a instância de totalidade como aquilo que verdadeiramente existe e pode ser conhecido.

Dado que o ponto ilimitado não comporta amplitude, podemos inferir que tampouco lhe cabe movimento e, dessa maneira, compreendê-lo como absoluta imobilidade. Com isso, somos levados a entender todo o âmbito da existência relativa como âmbito caracterizado pelo movimento, fato que implica que o existir caracterize-se, também, como movimento existencial. Nesses termos, existir é movimento.

No sentido do processo de criação, a tese metafísica de Platão sustenta que, sendo o ilimitado a origem de tudo, o processo de criação inicia-se com o surgimento do ser dos fenômenos, que é o responsável desde desdobrar as amplitudes até instalar o ente na existência, na forma de totalidade. Platão referia-se ao ser de todo existente e, assim, também, ao ser que nos constitui, o qual, nos momentos de meditação, revela-se como operador da nossa consciência e como produtor dos nossos pensamentos. Em suma, é o nosso eu interior. Esse ser configura um ser-energia capaz de realizar o trabalho de desdobrar amplitude e organização até atingir a forma estável de totalidade. Dado que a sua origem é adimensional, que não admite movimento, o advento do ser apenas pode dar-se por transcendência, um padrão de movimento que dispensa ação por parte da origem⁴. Observe-se que o modelo recebe, precisamente, o ser que transcende do ilimitado, uma vez que a amplitude de uma dimensão é determinada, justamente, pelo deslocamento de um ponto. Movimento semelhante a esse surgimento do ser-energia já foi constatado, em laboratório, com o surgimento de quantas de energia, a partir do que os físicos chamam de vácuo cósmico – possivelmente apenas um outro nome dado ao que, aqui, chamamos de ilimitado. De mais a mais, já compreendemos que, em última instância, a própria matéria é constituída de energia coagulada ou densamente organizada.

Se a amplitude de uma dimensão permite tanto traçar como imaginar uma reta ou um segmento de reta, quando se pretende traçar ou imaginar um triângulo, essa amplitude de uma dimensão revela-se âmbito insuficiente. Para esse propósito, precisamos ampliar o âmbito para duas dimensões – tanto o âmbito objetivo necessário para traçar como o âmbito subjetivo necessário para imaginar. O mesmo processo acontece quando se passa de triângulo para poliedro, dado que este demanda três dimensões para ser construído e concebido. Esses exemplos evidenciam que cada instância do percurso criativo viabiliza conteúdos próprios, isto é, conteúdos cuja amplitude limita-se à amplitude da instância ou é determinada pela amplitude da instância. Logo, cada instância comporta, determina, viabiliza ou lhe cabe conteúdos privativos, ou seja, modos de ser determinados. Modos de ser que ainda não configuram existência em ato, uma vez que essa condição apenas será atingida na quinta instância da totalidade. Os modos de ser das quatro instâncias dimensionais constituem modos ontológicos

⁴ O movimento transcendental pode ser visualizado quando se traça um segmento de reta sobre papel. Antes, o papel está em branco, e o segmento de reta não está ali. De repente, o traçado inicia-se em um ponto A qualquer e estende-se até cessar ao atingir o ponto B, restando configurado um segmento de reta. Considere que esse traçado foi obtido pelo deslocamento de um ponto desprovido de dimensão. Nesse caso, o traçado configura, demanda ou determina um âmbito de uma dimensão, justamente aquela do sentido de deslocamento do ponto. Nesse âmbito de uma dimensão, o movimento possível é só um, contemplando três momentos: há um surgir, um estender-se por algum tempo e um cessar e desaparecer. Nenhum outro tipo de movimento pode ocorrer em amplitude tão exígua além desse surgir, permanecer por algum tempo e, depois, sumir. O modelo situa o ser nessa instância de uma dimensão, e, por essa razão, na Carta VII, Platão afirma que o primeiro é o nome. O nome indica o ser. No plano objetivo, esse padrão transcendental de movimento explica o surgir e o desaparecer dos seres na existência relativa, que é sempre limitada. No caso dos fenômenos vivos, falamos de nascimento e de morte. O mesmo movimento é executado na consciência quando um entendimento ou um conceito aflora à consciência, permanece ali por algum tempo e, depois, desaparece. O ato de lembrar algo que fora antes esquecido, cuja lembrança volta, não se sabe bem de onde, representa um tipo de inferência regida por esse padrão unidimensional de movimento. Perceber presença também, além de outras inferências.

de ser, que se sucedem e se somam na edificação da totalidade. O processo afigura-se tanto organizativo como cumulativo.

Ainda com respeito às particularidades das instâncias dimensionais, cabe lembrar que se trata de um processo caracterizado pelo movimento, ainda que se trate de movimento existencial e não de movimento no espaço. Apesar disso, esse movimento resulta condicionado, em cada instância, pela amplitude local, fato que implica entender que cada instância viabiliza um padrão de movimento privativo, um padrão de interação diferenciado e, assim, um modo próprio de ser. Dessa maneira, na primeira dimensão, temos um modo de ser unidimensional; na segunda, um modo de ser bidimensional; e assim sucessivamente até a quinta instância, que comporta um modo de ser totalidade. Dado que a mente humana consegue executar mentalmente esses mesmos padrões de movimento, fica explicado qual o tipo de harmonia preestabelecida que vigora desde sempre entre mundo objetivo e mundo subjetivo: os padrões de movimento existencial típicos que se somam na edificação dos fenômenos existentes – segundo o paradigma criativo dimensional – correspondem aos padrões inferenciais que instrumentalizam a inteligência humana. No plano objetivo, temos cinco padrões de interação que determinam os cinco modos de ser. No plano subjetivo, temos cinco padrões lógicos que determinam e normatizam os cinco correspondentes modos de pensar, que concedem, por sintonia, acesso organizado e metódico aos cinco modos de ser.

Uma vez caracterizado o lógico como operação relativa a cada uma das cinco instâncias dimensionais que se sucedem na edificação da existência, examinemos a questão ontológica que diz respeito ao percurso gerador da existência. Na passagem do adimensional para a primeira dimensão, classificamos o advento do ser como resultado de um movimento transcendental que apresenta certas características. O que surge é sempre unidade, no caso, o ser. Esse surgir acusa origem situada para além do alcance da consciência, da mesma forma que o desaparecer não revela destino inteligível. A inferência patrocinada pela lógica transcendental logra perceber o surgir, perceber a presença e perceber o desaparecimento, mas nada diz sobre a origem ou sobre o destino do ser no ato de transcender, pelo que entendemos, em razão de envolver instâncias situadas para além do alcance da consciência. O ato de lembrar algo que se sabe, mas está esquecido, constitui inferência patrocinada pela mesma lógica e coloca a mesma questão de uma instância situada para além da consciência.

Outra característica do movimento transcendental é instaurar natureza nova, distinta da natureza de origem, tal como o modelo gerativo revela. O ilimitado, por exemplo, afigura-se estático e indeterminado, enquanto o ser afigura-se movimento determinado. Embora o desdobramento dimensional que se segue à primeira dimensão configure mudanças de amplitude, estas ocorrem dentro do horizonte dimensional, o que significa preservar, em alguma medida, a mesma natureza. Quando, porém, ocorre a passagem da quarta dimensão para a totalidade, gerando unidade e natureza completamente distinta, apenas o movimento transcendental consegue explicar a passagem. A totalidade não se coloca no horizonte de desdobramento dimensional. Este revelaria uma quinta dimensão. Ao contrário, essa passagem abandona o horizonte dimensional e constitui uma unidade fechada em si, ou seja, instaura uma totalidade unitária de natureza distinta. Observe-se que essa estrutura gerativa dimensional inicia-se e culmina em movimentos transcendentais presentes tanto no surgimento do ser unidimensional quanto no surgimento do ente configurado como totalidade. Com essa composição, a estrutura gerativa torna-se apta, não apenas para explicar a instalação dos fenômenos na existência, mas também para explicar a virtual complexificação dos fenômenos, possibilitada pela inteligente reunião, combinação e articulação de fenômenos mais simples preexistentes. Conclui-se, aqui, que a estrutura revela-se apta para responder tanto pela geração como pela possível evolução dos fenômenos. O exemplo da água ajuda a compreender essa ação evolutiva do modelo. A água, como sabemos, é composta de átomos de hidrogênio e de oxigênio. Ao se combinar adequadamente dois átomos de hidrogênio com um átomo de oxigênio, obter-se-á uma molécula de água. Essa molécula de água tem natureza totalmente distinta da natureza dos átomos intervenientes, permitindo-nos afirmar que a água transcende

a mera soma dos componentes, criando natureza nova. O mesmo resultado constata-se facilmente ao examinarmos a tabela periódica de elementos em que cada elemento apresenta propriedades privativas determinadas pela particular inteligência organizativa, que configura e determina cada átomo, mesmo sendo os componentes sempre os mesmos, variando apenas as quantidades de cada um deles. Portanto, o movimento transcendental, além de explicar surgimentos na existência, constitui movimento que explica a evolução da complexidade no âmbito do universo.

Dada a aplicação universal da estrutura gerativa bem como da inteligência criativa, resta facultado aplicá-las também à configuração do fenômeno humano e entender que, nesse caso, somam-se um ser unidimensional, uma alma ou uma inteligência organizativa potencial bidimensional, um organismo funcional tridimensional, uma ontogênese e uma história pessoal tetradimensional e, além disso, como expressão máxima de sua complexidade, uma consciência configurada por uma inteligência organizativa que reúne, formata, organiza e articula, inteligentemente, todos os componentes e fecha o fenômeno humano em uma unidade existencial singular.

Colocada a amplitude existencial humana nesses termos, estendendo-se a sua existência do ser à consciência, a dimensão humana material – isto é, o organismo e os cinco sentidos de percepção – fica situada no meio disso, na terceira dimensão. Acima e abaixo dela, instâncias apenas perceptíveis pelo sentido da inteligência. É, aqui, que a razão humana, forjada no contato com o mundo visível de Platão e moldada por modo de pensar que se restringe ao contido no espaço e no tempo, enfrenta a maior dificuldade para aceitar e assumir a perspectiva metafísica. Se a consciência situa-se na inteligência organizativa que configura o ente na forma de totalidade fechada, atuando virtualmente na superfície da esfera existencial, os estímulos carregados pelos sentidos orgânicos e canalizados pelo sistema nervoso central chegam à consciência vindos de dentro do âmbito abrangido por ela. Dado, porém, que a instância material do ente, o organismo dotado de sentidos de percepção, mantém contato direto com a instância material do restante do universo, de onde captura as afeições que são conduzidas para o cérebro, resta claro que essas afeições procedem do exterior do âmbito existencial privativo do ente. Afinal, vem de dentro ou vem de fora? Aliás, não apenas a dimensão material como também a dimensão temporal do ente mantêm contato direto com a dimensão temporal do restante do universo, tanto assim que, embora cada ente tenha tempo existencial privativo, esse tempo encontra-se comprometido com o tempo existencial do planeta, por exemplo, cujo término afetaria o tempo individual. Talvez isso seja uma condição geral das instâncias dimensionais e a alma individual também mantenha contato direto com a alma ou a inteligência organizativa potencial do restante do universo. Pode ser que a memória individual constitua registro integrado a um estrato bidimensional que se estende para além do âmbito privativo do ente. Uma virtual memória coletiva não seria, exatamente, uma novidade. Em suma, mestre Manuel, há ainda muitas dúvidas a serem esclarecidas e questões que exigem respostas. A Metafísica de Platão e o resgate do seu paradigma cognitivo, caracterizado como inteligência criativa, disponibilizam um referencial universal que parece não deixar mundo de fora, ao menos o mundo até aqui conhecido. Dado que esse paradigma ampara-se ou pretende amparar-se no modo de ser da natureza, abre-se a possibilidade de leitura mais fidedigna da realidade e de acordo facilitado entre os homens que comungarem do paradigma. O fato de não termos todas as respostas não se afigura impeditivo, e parece improvável que algum dia as tenhamos. O que realmente importa é que o paradigma amplie a nossa visão e permita oferecer respostas a questões já formuladas e que se encontram pendentes, tais como as levantadas por Pinheiro de Almeida sobre a relação do cérebro com a consciência. O resgate do conceito de movimento transcendental que o referencial realiza, mostrando que esse movimento constitui ocorrência corriqueira dentro do mundo e não apenas relações do mundo com instâncias extramundo, oferece solução racional para a instituição da consciência, explicando igualmente como estados de excitação neuronal situados no cérebro despertam sentidos, significados e compreensão no âmbito da consciência. Por outro lado, a harmonia preexistente entre mundo objetivo e mundo

subjetivo, amparada em comunhão de padrões de movimento existencial e inferencial, nada estipula sobre as interpretações que possivelmente devam ser elaboradas. É verdade que a estrutura gerativa da existência organiza, classifica e hierarquiza as coisas segundo a ordem natural que converte o universo em cosmos organizado. A razão apenas tem sentido se revelar corretamente a compleição da natureza e possibilitar que o homem conduza-se na vida de modo apropriado. O escândalo dar-se-ia caso não houvesse correspondência alguma, tornando a interpretação aderente, liminarmente impossível. Nesse sentido, compreender corretamente o comportamento da natureza, em presença de livre arbítrio que permite ao homem fazer da razão o uso que bem lhe aprouver, configura sucesso individual na aplicação da vida, em espécie configurada potencialmente para entender a inteligência que cria e a inteligência que organiza o universo e que até mesmo lhe faculta, como aqui o fazemos, produzir inteligência interpretativa correspondente.

A nossa experiência indica que assumir e dominar a perspectiva metafísica de Platão também gera serenidade e compaixão. A partir da contemplação da totalidade, podemos entender os fanáticos religiosos como prisioneiros da lógica transcendental, os ideólogos de gênero como reféns da lógica da diferença, os modernos fascinados por ideologias de direita como limitados ao pensar sistêmico e os pós-modernos ideólogos de esquerda como hipnotizados pela dialética. São pessoas que reduzem o mundo ao seu modo predileto de pensar, fato que não geraria problemas se não fossem, invariavelmente, acompanhados da pretensão de impor o seu olhar aos demais, propensão essa que também se constata presente naqueles que vislumbrarem a totalidade. O nosso consolo é a lição de Platão, segundo a qual apenas a visão do todo viabiliza a verdadeira justiça.

Naturalmente, tudo isso sem desconhecer a precariedade da linguagem para expressar os nexos lógicos e ontológicos com os quais a ordem universal edifica-se bem como sem desconhecer igualmente que, para além dos conceitos, a condição humana estende-se por sentimentos, afetos, esperanças, intuições ancestrais desconhecidas, além de vontades, preguiças, simpatias, empatias, antipatias e humores imponderáveis e outras afecções semelhantes que também condicionam a existência. Ao que parece, o fenômeno humano também tem “um alicerce quântico” desconhecido. De todas as formas, apenas mediante a razão, podemos construir civilização e estabelecer acordos de convivência que permitam amplificar e aprimorar a aventura existencial humana.

Por último, chamou-nos atenção o fato de Pinheiro de Almeida identificar a consciência com a alma. O modelo apoia essa percepção quando posiciona a alma ou a inteligência organizativa potencial na segunda dimensão e posiciona a consciência na superfície da esfera existencial configurada pela inteligência organizativa efetivamente realizada. Sintomaticamente, um ambiente igualmente bidimensional. O testemunho de Pinheiro de Almeida adverte-nos que, em se tratando da consciência, precisamos ir devagar e levar em conta que estamos descortinando universo novo de saberes que deve compreender imponderáveis surpresas.

Devolvido o desafio para as suas considerações, amigo, receba o nosso abraço, a nossa gratidão e os nossos votos de bem-estar.

Brasília, janeiro de 2023.

Rubi Rodrigues

REFERÊNCIAS

CURADO, Manuel. *Um professor de filosofia esquecido: Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo (1807-1886)*, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/365926187_UM_PROFESSOR_DE_FILOSOFIA_ESQUECIDO_MANUEL_PINHEIRO_DE_ALMEIDA_E_AZEVEDO_1807-1886>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MARTIN, José Pablo (Ed.). *Filón de Alejandría. Obras completas, v. I, La creación del mundo según Moisés*. Tradução Francisco Lisi. Madrid: Trotta, 2009. 357 p.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Pitágoras e o tema dos números*. São Paulo: IBRASA, 2000.